

Ata nº 4 / XIII / 1.ª SL

Ao primeiro dia do mês de Dezembro de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

- 1. Informações gerais;**
- 2. Grupos Parlamentares de Amizade: apresentação de proposta da Comissão;**
- 3. Análise e discussão de propostas para o Regulamento Interno da Comissão;**
- 4. Outros assuntos**

Ponto 1.

Aberta a reunião, o **Senhor Presidente da Comissão** deu as boas vindas a todos os Senhores Deputados, tendo informado a Comissão sobre as seguintes matérias:

- Relativamente ao processo de elaboração do Plano de Atividades da Comissão, foram já recebidos contributos dos Grupos Parlamentares do PS, CDS/PP e PCP, devendo os restantes Grupos, caso assim o entendam, apresentar as suas propostas o mais rapidamente possível, de forma a que possa ser aprovado na próxima reunião.

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para propor uma metodologia de trabalho sobre esta matéria, pela qual os serviços, sob direção da Mesa, assegurem a elaboração de um documento que agrupe e condense as propostas dos diferentes Grupos, de forma a poderem ser discutidas mais tarde, de forma comparativamente ordenada.

Não existindo mais intervenções, a proposta foi votada e aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

- Seguidamente, foram apresentados os projetos de grelhas para utilização quer na distribuição das diferentes iniciativas, quer relativamente aos tempos de intervenção a conceder em sede de audições parlamentares. Relativamente às primeiras, explicou o Senhor Presidente terem sido elaboradas com base na representatividade dos diferentes Grupos Parlamentares, de acordo com o método de Hondt, passando a existir três tipos específicos: iniciativas legislativas gerais, matérias do âmbito UE e, finalmente, matérias orçamentais. No concernente às grelhas de tempos, a solução proposta reedita a prática da anterior sessão legislativa.

Pedi a palavra a **Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)**, manifestando dúvidas sobre os tempos atribuídos, nomeadamente no respeitante aos dois minutos previstos nas segundas rondas, que é curto. Propôs o alargamento deste tempo específico de forma a permitir uma melhor capacidade de explanação dos pontos de vista de cada Grupo Parlamentar, atento até o facto de, na sequência das respostas dos membros do Governo, surgirem frequentemente elementos novos que devem ser adequadamente escalpelizados.

Usando da palavra, lembrou o **Senhor Presidente** que com os tempos que têm vindo a usar-se, a duração das audições já era demasiado pesada.

Interveio o **Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para os tempos previstos para a grelha "I-A".

Sugeriu o **Senhor Presidente** que a referida grelha "I-A" fosse abandonada, passando a existir apenas duas.

Interveio o **Senhor Deputado Ascenso Simões (PS)** lembrando que, por natureza, as grelhas podem sempre ser revistas em função da especificidade de cada audição.

Pedi a palavra a **Senhora Deputada Antónia Almeida Santos (PS)** que explanou a solução adotada na Comissão de Saúde acerca desta matéria, onde se procede a uma limitação do tempo global de duração das intervenções na segunda ronda.

Interveio a **Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD)**, afirmando não deverem ser

transpostas para esta Comissão soluções que refletem as especificidades de outras Comissões, onde são frequentemente trazidas questões atinentes aos diferentes círculos eleitorais.

Dadas as intervenções antecedentes, propôs o **Senhor Presidente**, consolidando a matéria: relativamente às grelhas de distribuição a previsão de existência de três grelhas, nos termos acima mencionados. No concernente às grelhas de tempos de intervenção, propôs a adoção de duas grelhas-base __ audições com membros do Governo, e de outras entidades __, abertas às adaptações que a Comissão, em concreto, entender dever produzir.

Tendo sido previamente admitida, a proposta foi seguidamente submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

- Relativamente ao Programa de Trabalho da União Europeia (UE) para 2016, foi lembrado pelo **Senhor Presidente** o elenco das matérias que neste âmbito haviam sido abordadas pela Comissão em 2015. Depois, identificou um conjunto de matérias que, na sua opinião, devem merecer a atenção da Comissão, designadamente, o processo de negociação do TTIP, a questão dos refugiados, o funcionamento da zona euro, a cooperação com os países amigos do norte de África e com a União para o Mediterrâneo, negociações acerca do Acordo MERCOSUL e, ainda, a política externa da UE. Mais defendeu que, em sede de metodologia, deveria ser nomeado um Deputado a cujo cargo ficaria a elaboração de um Relatório considerando as propostas a escrutinar. De acordo com a grelha de distribuição em uso na Comissão, o caberia ao PSD a indigitação do Deputado Relator.

Tendo sido previamente admitida, a proposta foi seguidamente submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Ainda sobre este tema, pediu a palavra a **Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD)**, para informar que o PSD indicará posteriormente o Deputado responsável pela elaboração do Relatório.

- Lembrou o **Senhor Presidente** estar apazada para o próximo dia 15 de Dezembro a audição do Observatório para a Emigração, pelas 15.30 horas, em sala a designar oportunamente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- Relativamente ao processo de revisão da Estratégia Global da UE em Matéria de Política Externa e Segurança, e uma vez confirmada a receção do documento alusivo à temática por parte de todos os Deputados, procedeu-se à análise dos antecedentes desta matéria. De seguida, o **Senhor Presidente** convidou os diferentes Grupos Parlamentares a apresentem as suas propostas. Procedeu-se, logo após, à indigitação de um Deputado para elaboração do correspondente Relatório, o qual ficará a cargo do PS.

Tomou a palavra o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para informar que o seu Grupo Parlamentar indicará mais tarde o respetivo relator.

Ponto 2.

Relativamente a esta matéria, o **Senhor Presidente** deu a conhecer uma alteração na metodologia inicialmente prevista, dado o facto de a Comissão ter sido informado de que o Senhor Presidente da Assembleia da República iria fazer chegar uma Proposta formal, sobre a qual deverá recair o Parecer da Comissão.

Pediu a palavra a **Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS)**, declarando ser seu entendimento que a proposta do PS acerca desta matéria deveria ser remetida à conferência de Líderes.

Em resposta, interveio o **Senhor Presidente** para sublinhar que o envio de semelhante proposta deve caber na esfera de decisão do PS, designadamente da respetiva coordenação.

Ponto 3.

Sobre esta matéria informou o **Senhor Presidente** que apenas o PS apresentou propostas concretas de alteração ao Regulamento, considerando que o existente em uso na Comissão é bom. Nada opondo a um eventual adiamento para consideração de outras



propostas, designadamente por parte do PSD, em virtude do atraso na designação da sua coordenação e vice-presidência.

Pediu a palavra a **Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD)** que informou ter discutido a questão no seio do seu Grupo Parlamentar, o qual concordou com o teor das propostas formuladas pelo PS.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para sublinhar a conveniência em concluir este processo, para cujo efeito o seu Grupo Parlamentar está preparado. De seguida, apresentou sumariamente as alterações propostas, sublinhando tratar-se, apenas, de pequenas intervenções visando clarificar certos aspetos que não contendem com a essência política da atividade da Comissão.

Interveio seguidamente a **Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)** para declarar que o seu Grupo Parlamentar concorda com as alterações propostas pelo PS, fundamentalmente com o estabelecimento de um prazo de 24 horas para apresentação de documentos a discutir na Comissão. Mas referiu ter dúvidas quanto à formulação dos novos artigos que são propostos, até por poder colidir, como no caso da assistência aos trabalhos da Comissão, com normas regimentalmente aplicáveis em tal matéria.

Referiu o **Senhor Presidente** que, na sua opinião, uma parte das propostas apresentadas pelo PS é inovadora e boa, tal como se pode ver pela tabela comparativa que os serviços remeteram atempadamente. Uma outra parte parece ser redundante face ao que o Regimento já dispõe. Por último, na questão das audiências, distingue dois tipos: as que se dirigem à Comissão ___ e que são poucas ___ e as que são endereçadas ao Presidente e que são a esmagadora maioria. Nesta medida, o teor proposto para o artigo 10.º-C introduz fator de complicação processual que parece dispensável, a não ser que exista o entendimento que, na última sessão legislativa, algo possa neste campo ter corrido menos bem e necessite de adequada correção.

Devolvida a palavra ao **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** foi por este lembrado que as propostas do PS estão abertas à discussão de todos em vista da sua apreciação final,



sublinhando que nada obsta a que esta ou outra proposta venha a ser retirada, até pelo facto de os trabalhos transatos terem corrido bem. Concordou, ainda, com o ponto de vista manifestado pelo PCP.

Interveio o **Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para concordar com a eliminação da parte das propostas referentes às audiências, concordando com todo o resto.

Seguidamente, o **Senhor Presidente** propôs à votação as alterações apresentadas pelo PS, expurgadas da parte referente ao proposto artigo 10.º-C. A proposta foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes. Foi igualmente conferido mandato para que os serviços revejam a semântica e ortografia geral do Regulamento.

Ponto 4.

Relativamente a esta matéria e após ter aludido à personalidade biográfica do Senhor Guillermo Fariñas, propôs o **Senhor Presidente** que fosse constituído um grupo de Deputados da Comissão que pudessem recebê-lo.

Informou o **Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** que o seu partido marcará presença na referida audiência.

Intervieram a **Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)**, bem como o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para informar que os seus partidos estarão ausentes na referida audiência.

Informou a **Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD)** que os seu partido marcará presença, tendo o **Senhor Deputado Paulo Neves (PSD)** recordado existir agendamento de reunião da Comissão de Economia para a data e hora previstas para a audiência.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ficou, assim, agendada a data de 9 de Dezembro, pelas 11 horas, para realização da audiência com o Senhor Fariñas.

A finalizar, lembrou o **Senhor Presidente** que a próxima reunião terá lugar no dia 9 de Dezembro, pelas 16 horas, em virtude de na terça-feira ser feriado. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20151201.mp3

Palácio de S. Bento, 01 de Novembro de 2015

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Assunção Cristas
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
João Oliveira
Lara Martinho
Maria Germana Rocha
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
António Ventura
Berta Cabral
Carla Cruz
Carla Tavares
Fernando Jesus
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria Augusta Santos
Paulo Rios de Oliveira
Porfírio Silva
Wanda Guimarães

Faltaram os Senhores Deputados seguintes:

Rosa Maria Bastos Albernaz
Sérgio Azevedo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 12/01/2016.